

MANIFESTO AZUL

2024-2028



14 medidas a implementar pelo próximo Governo para proteger os ecossistemas marinhos em Portugal

Em antecipação das eleições legislativas de 10 de março de 2024, a Sciaena lança um apelo à próxima liderança política de Portugal. O nosso país, dotado de uma riqueza marinha extraordinária, tem o potencial de liderar esforços notáveis na conservação do nosso oceano, de forma a assegurar também os benefícios sociais e económicos que ele proporciona.

Esta é uma chamada à ação e um pedido para que o próximo Governo adote e implemente mais e melhores práticas de conservação marinha, de acordo com a melhor ciência disponível. Reconhecemos o papel essencial que o oceano desempenha na sustentabilidade do planeta e na prosperidade das comunidades costeiras, particularmente importantes no contexto português. É imperativo que avancemos para além das fronteiras tradicionais da gestão marinha e adotemos uma abordagem holística para garantir a saúde do oceano a longo prazo.

Portugal pode ser um líder na conservação marinha e é com este objetivo que solicitamos ao próximo Governo que abrace uma visão corajosa e comprometida com a implementação de políticas públicas que promovam a proteção do oceano. Juntos, podemos trilhar um caminho para garantir que as futuras gerações desfrutem de um oceano vibrante, cheio de vida e que contribua para a resiliência das comunidades costeiras e do país.

Apresentamos de seguida um conjunto de 14 medidas que consideramos prioritárias para efetivamente mudar o paradigma de gestão pública do mar em Portugal, tomar passos concretos para salvaguardar a saúde dos ecossistemas marinhos e assegurar o futuro das populações que deles dependem.

Assegurar um ministério responsável pela governação do mar.

A criação de um ministério responsável por coordenar todas as áreas e dimensões relacionadas com o mar é crucial não só para uma melhor e mais eficaz gestão dos recursos marinhos e das atividades que lá decorrem, mas também para uma maior responsabilização e agência sobre a conservação e proteção do meio. A criação de secretarias de Estado com responsabilidades específicas e bem definidas será também essencial.

Dotar o IPMA e os centros de investigação de recursos humanos e financeiros.

Equipar o IPMA e os centros de investigação com recursos humanos e financeiros é fundamental para garantir a base de conhecimento e informação necessária à gestão pública eficaz dos recursos marinhos. Este investimento capacita as instituições para desempenharem um papel ativo na investigação, monitorização e tomada de decisões informadas para promover a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos.

Reconhecer o oceano como um verdadeiro aliado contra a crise climática.

O reconhecimento adequado da ligação intrínseca entre o oceano e o clima será basilar na próxima legislatura. Implementar eficaz e rapidamente a Lei de Bases do Clima é essencial para promover políticas integradas que abordem simultaneamente os desafios climáticos e a preservação dos ecossistemas marinhos, assegurando a sua sustentabilidade a longo prazo, bem como o aumento da sua resiliência.

Aprovar a lei que cria a rede nacional de Áreas Marinhas Protegidas (AMP).

A aprovação de uma rede nacional de AMP representativa e coesa, assim como dos planos de gestão e respetiva implementação, é fundamental para garantir a conservação dos ecossistemas marinhos em Portugal, promovendo simultaneamente a proteção da biodiversidade e a sustentabilidade da sua exploração.

Desenvolver e implementar uma estratégia de transição para uma pesca de baixo impacto.

Assegurar o baixo impacto da pesca é importante para preservar os ecossistemas marinhos e reduzir a captura acidental de espécies sensíveis, impulsionando melhorias sociais e económicas para as comunidades pesqueiras artesanais. Esta abordagem contribui não apenas para a sustentabilidade da pesca, como também cria sinergias positivas com os sectores relacionados, como o turismo, impulsionando uma gestão integrada e adaptativa dos recursos marinhos.

Apostar na monitorização e controlo da pesca e das atividades marítimas.

A implementação do novo regulamento de controlo das pescas da UE, com destaque para a inovação digital, é fulcral para assegurar o cumprimento das normas e promover a saúde dos ecossistemas marinhos, de forma mais eficiente. A monitorização e fiscalização deverão estender-se a todas as atividades que ocorrem no meio marinho, sendo necessário atribuir financiamento adequado e as devidas competências à Autoridade Marítima.

Adotar uma moratória à mineração em mar profundo.

A adoção de uma moratória nacional à mineração em mar profundo, até que exista um melhor e mais robusto conhecimento sobre o mesmo, é essencial para proteger os ecossistemas marinhos de profundidade - sensíveis e ainda vastamente desconhecidos - preservando a sua diversidade biológica e evitando impactos ambientais potencialmente irreversíveis. Portugal deve igualmente defender uma moratória no plano internacional.

Ratificar o Tratado do Alto Mar.

A ratificação do Tratado do Alto Mar é fundamental para assegurar a sustentabilidade das atividades humanas em alto mar e garantir a preservação dos ecossistemas marinhos para as gerações futuras. Ao ratificar este Tratado histórico, Portugal confirmaria o seu compromisso com a proteção do oceano a nível global, contribuindo para a promoção da cooperação internacional, do multilateralismo e da boa governança.

Implementar medidas que reduzam efetivamente os resíduos que poluem o oceano.

A implementação de estratégias de prevenção de resíduos, como a promoção dos sistemas de reutilização, são cruciais para diminuir significativamente o lixo que chega ao oceano, promovendo uma abordagem mais sustentável ao ciclo de vida dos materiais. A definição de metas de reutilização para todos os sectores, assim como a proibição do comércio de itens descartáveis e desnecessários, permitirá prevenir e diminuir a poluição.

Criar uma legislação para regulamentar as atividades marítimo-turísticas.

A criação de legislação para regulamentar as atividades marítimo-turísticas é essencial para garantir a preservação dos ecossistemas marinhos e o desenvolvimento sustentável do sector. Estabelecer diretrizes claras e normas de operação contribuirá para a qualidade das experiências turísticas, ao mesmo tempo que assegura a proteção do meio ambiente marinho e promove um turismo economicamente viável e ambientalmente responsável.

Descarbonizar o sector do transporte marítimo.

Medidas importantes para descarbonizar o sector do transporte marítimo deverão passar pela sua inclusão no Comércio Europeu de Licenças de Emissão da UE e o investimento em tecnologias limpas, como a propulsão eólica. Além disso, é imperativa a implementação das metas de redução de emissões da IMO e a promoção da eletrificação do transporte marítimo doméstico, especialmente nas travessias fluviais e inter-ilhas. O investimento em infraestrutura fornecedora de energia renovável nos portos nacionais também é essencial.

Desenvolver projetos de energias renováveis offshore com respeito pela natureza.

O desenvolvimento das energias renováveis offshore, em particular da eólica, com respeito pelos limites da natureza, é imprescindível para impulsionar a transição energética e reduzir as emissões de carbono. Investir em tecnologias e práticas que respeitem os ecossistemas marinhos assegurará não apenas a segurança ambiental, como também contribuirá significativamente para uma matriz energética mais limpa e resiliente.

Ordenar o espaço marítimo de forma responsável, justa e coerente.

Um ordenamento do espaço marítimo coerente e estruturado é crucial para garantir a compatibilização eficiente dos diversos usos do ambiente marinho. É necessário que seja implementada a lei sobre a política de ordenamento e gestão do espaço marítimo. Este planeamento bem elaborado promove a gestão sustentável dos recursos e minimiza a existência de conflitos de uso, fomentando uma utilização equilibrada, justa e harmoniosa do espaço marítimo.

Implementar modelos de envolvimento e capacitação das comunidades costeiras.

A implementação de modelos eficazes de envolvimento e capacitação das comunidades costeiras é primordial para fortalecer a participação e o entendimento local sobre questões marinhas. Ao proporcionar ferramentas e recursos, estes modelos promovem a sustentabilidade, permitindo que as comunidades desempenhem um papel ativo na gestão e preservação dos ecossistemas marinhos locais dos quais dependem.